



## **GUERRA, IGREJA E PODER - AS RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE OS REINOS IBÉRICOS NOS SÉCULOS XI E XII**

Maria do Carmo Parente Santos<sup>1</sup>

### **Resumo:**

A presença muçulmana no solo hispânico é uma marca da História Medieval Ibérica. A luta entre muçulmanos e cristãos, a qual é denominada historiograficamente de Reconquista fez surgir ainda no século VIII, o primeiro reino cristão – o reino das Astúrias – seguido por outros, como Castela, Navarra, Aragão e Portugal. O nosso trabalho objetiva estabelecer uma reflexão sobre a influência modeladora da guerra e da Igreja Católica nas relações de poder entre os reinos ibéricos mencionados.

**Palavras-chaves:** Igreja Católica, muçulmanos, poder, Península Ibérica

### **Abstract:**

The Muslim presence in the soil Hispanic is a trademark of Medieval Iberian. The fight between Muslims and Christians, which is called the Reconquista historiographically did arise even in the eighth century, the first Christian kingdom - the kingdom of Asturias - followed by others such as Castile, Navarre, Aragon and Portugal. Our work aims to establish a reflection on the molding influence of the war and the Catholic Church in the power relations between the Iberian kingdoms mentioned.

**Keywords:** Catholic Church, muslim, power, Iberian Peninsula

O desenvolvimento do processo histórico dos reinos ibéricos foi profundamente marcado pela presença muçulmana na Península. Chegados no ano de 711 acabaram por determinar o fim do reino visigodo, implantando um regime político que, embora não possa ser considerado intolerante, deixava claro o caráter de subordinação ao qual

---

<sup>1</sup> A referida pesquisadora é Professora Adjunta do Departamento de História da UERJ, membro do Núcleo de Estudos da Antiguidade - UERJ e coordenadora do Curso de Especialização em História Antiga e Medieval, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ficaram submetidos os hispanorromanos. Alguns destes aceitaram a nova situação, entretanto outros, não sabemos quantos, rebelaram-se fugindo para a região montanhosa da Cantábria, onde em 718 aclamaram Pelayo como seu primeiro rei, governante do reino das Astur, de onde iniciou-se a luta contra o invasor. A Reconquista, cujo marco inicial foi a vitória do monarca e seus seguidores na batalha de Covadonga, representou o primeiro triunfo cristão sobre as tropas muçulmanas ocasião em que segundo a tradição, a Virgem Maria apareceu aos cristãos.

O estudo do início do reino das Astúrias reveste-se de inúmeras dificuldades, as quais são criadas pela precariedade das fontes postas à disposição do historiador, visto que as mais antigas crônicas sobre o assunto datam do final do século IX e começo do XI. Tal fato faz com que elas devam ser manuseadas com extremo cuidado, pois seus autores analisaram os acontecimentos passados dentro de uma perspectiva, sem dúvida, influenciada pelo momento em que viviam. Assim, podemos acreditar que a figura de Pelayo sofreu um processo de engrandecimento, da mesma forma como o enfrentamento em Covadonga foi de proporções bem mais modestas do que as apresentadas pelos cronistas.

Isto ocorreu porque no momento em que as obras foram escritas, o ideal do neogoticismo já estava bem desenvolvido. Esta tese nasceu no reinado de Afonso II ( 791-842) defendida por pessoas cultas, sem nenhuma dúvida, pertencentes ao clero, as quais trabalhando no sentido de restaurar a realeza, foram buscar no passado visigodo, a legitimação dela, pois apresentavam o monarca e seu pai, como descendentes dos reis visigodos Leovigildo e Recaredo. Aliás, o esforço de apresentar o reino Astur como godo levou a que copiassem os antigos elementos legitimadores do poder monarca. Assim, em 791 realizou-se pela primeira vez a unção do rei asturiano, Afonso II.

A ideologia do neo-goticismo entrona suas raízes na obra de São Isidoro e pode ser lida pela primeira vez em duas obras: *Crônica Profética e a Albedense*. Ambas escritas por monges defendem a idéia que será retomada e fortalecida na *Crônica de Afonso III*. O neo-goticismo triunfou na corte asturiana e perpetuou-se na historiografia espanhola até o século em que vivemos, embora autores como Sánchez-Albornoz argumentem que Pelayo ao fundar o reino asturiano não estava fazendo ressurgir o poder visigodo, pois ele não fora eleito pela nobreza goda, e sim pelos montanhese asturianos.

Mas, como alerta Maraval para o historiador é fundamental o conhecimento do nascimento e desenvolvimento desta idéia, pois ela criou uma ilusão duradoura, influenciando várias gerações de historiadores (1981:*passim*). Para este autor, embora possamos percebê-la através das obras dos cronistas do medievo, era um tema com vida própria, ou seja, pertencente à sociedade em que se originou e não uma mera criação do labor historiográfico de um clero desejoso de agradar ao seu monarca.

Esta idéia presidirá desde o reinado de Afonso III os rumos da Reconquista, ou seja, tratava-se de restaurar o reino godo, época de ouro no passado peninsular, época em que a monarquia aliada à Igreja governava a península com sabedoria e justiça. Tudo isto havia sido perdido com a chegada dos árabes, povo de língua, costumes e, principalmente, de religião estranhas. Foi o que os cronistas em palavras lamentosas definiam como a “perdida” da Espanha. Aliás, estes mesmos autores divulgaram a idéia de que a invasão árabe constituía-se apenas num hiato entre o passado godo, herdeiro do brilhantismo da civilização romana e o tempo em que eles mesmos viviam, época na qual os reinos cristãos lutavam para expulsar o invasor e estabelecer a antiga ordem na Península.

À figura do rei Ramiro I (842-850) está ligada uma tradição bastante cara ao imaginário ibérico: a batalha de Clavijo, na qual venceu os muçulmanos com a ajuda do apóstolo Santiago, vitória esta que livrou o reino asturiano-leonês do vergonhoso tributo anual de cem donzelas enviadas à Córdova. Nesta batalha, segundo a lenda, o monarca foi auxiliado pelo apóstolo São Tiago, que apareceu na batalha lutando ao lado das tropas cristãs, sendo identificado a partir daí como matamouros.

A tradição do pagamento das cem donzelas deve referir-se a um fato real, pois era freqüente a entrega de mulheres da família real para tornarem-se esposas ou concubinas dos emires ou califas, além da existência de um ativo comércio de mulheres escravas entre os reinos do norte e Córdova. O certo é que a negativa ao pagamento do aviltante imposto (talvez imaginário) demonstra duas realidades concretas. A primeira era a subordinação do reino cristão à Córdova, subordinação expressa pelo pagamento de tributos, e em segundo lugar é o fato de que a situação militar do reino Astur já estava bastante fortalecida, durante o reinado de Afonso I, o que fez com que este monarca pudesse enfrentar as tropas muçulmanas.

O culto a Santiago era praticado somente na Galiza, mas a realeza asturiana deu-lhe um forte impulso por motivações políticas. A Galiza era uma região onde o poder real tinha dificuldade de se afirmar e os monarcas perceberam que aderir e prestigiar o culto ao apóstolo seria uma maneira de agradar a sempre inquieta nobreza galega.

Contudo, só a partir do século X o culto a Santiago estendeu-se à toda Península, sendo que no século XII a figura do santo investido na sua função guerreira aparece literalmente na *Crônica Silense*, obra do labor dos monges de Cluny, já nesta ocasião fixados em território hispânico. O crescimento do culto acelerou-se, a partir daí, estendendo-se a fama de Santiago por toda a Europa, fazendo com que a basílica, onde suas relíquias estavam enterradas, se tornasse um importante centro de peregrinação, recebendo peregrinos de todas as regiões européias, chegando mesmo a rivalizar com a cidade de Roma neste aspecto.

Foi a partir também deste século e em clara relação com o poderio da igreja compostelana, que se estabeleceu o chamado voto de Santiago. Por este, todo o território retomado aos árabes um tributo ao santo, tributo este mantido até o século XIX. Assim, em 1120, Compostela para onde já havia sido transferida a sede episcopal, em detrimento de Iria Flavia, passa a sediar o arcebispado.

É importante frisar que na legitimação da monarquia asturiana não somente o aspecto militar teve importância. Tão relevante quanto as vitórias militares de Afonso II foi sua atitude de tornar o clero asturiano independente do primaz de Toledo, criando um bispado em Oviedo e a adoção do *Liber iudiciorum*, código legal dos visigodos adotado como norma jurídica do reino.

Em 912 a capital do reino foi transferida para Leão, fundada por Ordoño a cidade localizava-se na zona mais meridional, tendo como fronteira o rio Douro. Após esta transferência a região asturiana passou à uma posição de inferioridade no processo de formação dos reinos cristãos, sendo que os sucessores de Afonso III passaram a ser conhecidos como reis de Leão.

No século XI, o condado castelhano, antes subordinado ao monarca leonês conquistou sua independência, tendo se transformado em pouco tempo no mais poderoso reino peninsular. As diferenças entre Leão e Castela eram significativas. Para constituir-se como reino Castela teve de enfrentar o reino leonês não apenas militarmente, mas também ideologicamente, levando aí uma enorme desvantagem, uma

vez que diferentemente deste, seu monarca não podia buscar uma base legitimadora de seu poder recorrendo à tradição.

Como já dissemos, em muitos aspectos os dois reinos diferenciavam-se, o que gerava uma permanente tensão entre eles. A própria concepção de poder imperial é um bom exemplo desta diferença. Em Leão, reino que se pretendia herdeiro dos visigodos, a idéia imperial baseava-se na tradição do baixo império romano, expressa no conceito isidoriano-elesiástico de dignidade régia como dom recebido de Deus, sendo o rei um instrumento para a consecução do bem comum para o conjunto da população. Dentro desta perspectiva, os nobres deveriam submeter-se à vontade do soberano.

Em Castela, onde os costumes germânicos eram predominantes a idéia de poder era bem outra. Assentava-se, principalmente, no que podemos chamar contratualismo, isto é, cada nobre ligava-se ao rei através de um vínculo pessoal, criador de relações sinalagmáticas de proteção e serviços. Tal idéia era contrária a unidade territorial do reino, pois este era considerado patrimônio do soberano e, por isso objeto de partilha entre os seus herdeiros após sua morte. Tal fato gerava uma exacerbada violência sempre que falecia um monarca, abrindo-se uma feroz disputa entre os vários pretendentes. Muitos exemplos poderiam ser citados, mas o mais significativo, pelas graves conseqüências que acarretou foi, sem dúvida, a partilha do reino feita por Fernando I, primeiro soberano a reunir sob seu domínio Leão e Castela, e que após vencer e matar seu próprio irmão Garcia, rei de Navarra, também intitulou-se monarca deste reino.

Ao morrer, atendendo a idéia de patrimonialidade do território, divide-o entre seus filhos, Sancho, Afonso, Garcia, Urraca e Elvira (1065). Os fatos que se seguiram são por demais conhecidos—a disputa entre os irmãos, a prisão de Afonso por Sancho e sua posterior fuga para Toledo, cidade dominada por um rei muçulmano, o assassinato de Sancho, e, por fim a tomada do poder por Afonso, o primeiro a intitular-se imperador de todas as Espanhas.

Assim, os confrontos bélicos não opunham somente exércitos de religiões opostas, mas cristãos lutavam contra cristãos, pois a definição das fronteiras de cada reino era sempre causa de discórdias entre os soberanos, prevalecendo a idéia de que por direito de conquista estas fronteiras poderiam ser deslocadas, segundo os azares da guerra. Além disso, cada um vigiava atentamente o alargamento do reino vizinho,

temendo que ele dificultasse a sua própria expansão. Isto gerava um clima tenso entre os monarcas, os quais não hesitavam em buscar ajuda militar junto ao inimigo comum—os muçulmanos. É o caso de Sancho II, que conseguiu anexar as regiões de Pancorbo e Oña após haver movido guerra contra os reis de Aragão e Navarra (guerra dos Três Sanchos), conflito em que saiu vencedor com a ajuda de tropas árabes.

As relações amigáveis que se estabeleciam entre príncipes cristãos e potentados muçulmanos foram bastante freqüentes. Foi em Toledo, ainda sob dominação muçulmana, que o futuro Afonso VI buscou refúgio por temer a ambição de seu irmão primogênito, Sancho, rei de Castela. Mais tarde, já ostentando a dignidade real em Leão e Castela, manteve relações cordiais com o soberano árabe de Sevilha, seu aliado na conquista de Murcia, cordialidade esta que pode ser avaliada pelo fato do rei cristão haver tomado por esposa ou concubina uma filha de seu aliado, a bela Zaida.

As conseqüências disto assumem contornos dramáticos, quando atentamos para o fato que na segunda metade do século XII o território peninsular encontrava-se dividido em cinco reinos, que apesar das oposições empenhavam-se numa tarefa comum—a Reconquista. A compreensão dos conflitos entre os reinos ibéricos remete-nos sem nenhuma dúvida, ao conhecimento sobre o desenvolvimento da luta contra este inimigo comum, pois esta produz um câmbio intenso de situações, gerando mudanças e rupturas que quebram o sempre equilíbrio precário de poder entre estes reinos, levando à irrupção de inúmeras guerras.

A luta entre Fernando II, rei de Leão e Afonso Henriques, monarca português exemplifica o afirmado acima. Episódios como a entrada do monarca luso em Salamanca, quando seu opositor encontrava-se enfraquecido e, mesmo a frustrada tentativa da tomada de Badajoz (1169) feita também por ele, dá-nos uma idéia do clima de discórdia entre os reinos cristãos.

A explicação da permanente tensão entre o nascente reino luso e o monarca leonês explica-se pelas constantes vitórias portuguesas sobre os muçulmanos, pois a continuação delas levaria ao bloqueio da expansão leonesa para o sul. Assim, Fernando II não hesitou em pactuar com os sarracenos para impedir isto, e manter o *status quo* na região da Extremadura.

As alianças feitas com os muçulmanos podiam corresponder a uma política de hábil expansão pelo território inimigo. É sob este *prima* que devemos entender a ajuda

prestada por Afonso VII, rei de Castela a Ibn Ganiya quando da tomada de Córdoba por este chefe árabe . Em troca dos seus serviços o monarca cristão obrigou-o a ceder Baeza e Ubeda, obtendo desta maneira, posições no território inimigo.

Além disso, a Espanha vivia com os olhos cravados no norte da África, pois as modificações periódicas ocorridas no centro do islamismo com o nascimento de seitas cada vez mais fanáticas repercutiam na península, pois ondas de fanáticos atravessando o estreito de Gibraltar chegavam até lá, objetivando conquistar os reinos das taifas, fazendo renascer a dominação e preponderância islâmica perdida com a queda do califado.

A chegada dos almorávidas (“os consagrados de Deus”) constituiu-se numa dura prova para os reinos cristãos, pois ao desembarcarem na península em 1086, empregando uma tática militar baseada nos combates de massa e no uso dos arqueiros e do tambor – o que desorientava a cavalaria cristã—impuseram decisivas derrotas a Afonso VI, que desde a tomada de Toledo se intitulava imperador. As derrotas em Zalaca no ano de 1086, e em Uclés fizera com que os recém-chegados estendessem seu poder sobre todo o al-Andalus.

As freqüentes discórdias, que persistiam entre os reinos cristãos, apesar do crescente perigo árabe, que podem ser creditadas mais as necessidades ditadas por interesses materiais do que por sentimentos profundos de inimizade, foram o resultado mais palpável do desaparecimento da idéia de Império, ocorrida com a morte de Afonso VII, monarca castelhano, o último a intitular-se imperador.

Este fato abalou profundamente o equilíbrio interno dos reinos peninsulares, isto porque a legitimidade do poder real baseava-se grandemente na sua autoridade como chefe militar, herança, sem dúvida, do passado germânico. Dentro desta perspectiva, o monarca fortalecia-se cada vez que alcançava uma vitória, mas também via o seu poder debilitado quando ocorria o oposto. Assim, o triunfo almorávida não trouxe conseqüências somente para o poder muçulmano, pois rompeu o frágil equilíbrio interno da sociedade dos reinos cristãos, fazendo com que as contestações ao poder real se tornassem mais freqüentes. As inúmeras revoltas contra o poder real tiveram tal alcance que linhagens inteiras elegeram um chefe e a ele se recomendaram, prestando-lhe homenagem em troca de proteção, mas também tencionando obter retribuições, consubstanciadas em moedas ou em “*prestimonio*” (benefício).

O último imperador – Afonso VII—havia conseguido a pacificação e submissão da nobreza galega, impondo a esta um juramento de fidelidade coletiva. Este soberano usou as instituições feudo-vassálicas como forma de governo, multiplicando o número de seus vassallos, distribuindo tenências e honras, feudos, ainda que sem caráter hereditário. Esta política muitas vezes só pode ser realizada com a expropriação de igrejas e mosteiros. Os agraciados por essas benesses eram nobres importantes, frequentemente ligados por laços de família, o que bem demonstra a sabedoria da política real na neutralização das forças contrárias à centralização do poder político.

Em 1146, foi a vez dos almóadas (aquele que professa a unidade de Deus) chefiados por seu *iman* desembarcarem na península, desejando antes mesmo de combater o infiel, cruzar armas com os almorávidas a quem acusavam de não respeitar os preceitos da religião islâmica, pois vivendo num total relaxamento de costumes acabaram por haver negligenciado os deveres religiosos. Suas vitórias foram fulminantes: Sevilha em 1148, Córdoba em 1149, Málaga em 1153, Granada e outras cidades foram conquistadas em 1156.

Mas, embora o domínio almóada tenha se constituído um tempo de extrema aflição para os cristãos, como prova a derrota sofrida por estes em 1195 na batalha de Alarcos, fato que colocou em perigo nas terras da Mancha a empresa das ordens militares, corresponde, contudo, ao último feito militar dos árabes em terras peninsulares.

O século XII é caracterizado por aceleradas transformações em solo peninsular, causadas tanto por fatores internos quanto pela presença de cavaleiros franco, que atravessando os Pirineus engajaram-se na Reconquista. Embora, no referido século o prestígio e o poder dos reis estivessem bem sedimentados, o processo de feudalização já se completara e uma nobreza laica e eclesiástica, detentora de imensos latifúndios que lhes conferia poder e riqueza podia ser encontrada em toda península. A fidelidade à realeza por parte deste estamento social era sempre duvidosa. Na verdade, por todos os reinos cristãos ocorreu uma mudança na forma de exercício do poder real, pois se até então este poder assentava-se na fidelidade dos condes, agora o monarca se tornou profundamente dependente da nobreza fundiária, que por sua vez possuindo vultosos recursos financeiros, utilizava-os para armar o maior número possível de cavaleiros, materialização do poder senhorial.

As monarquias feudais baseavam-se num sempre precário equilíbrio de forças entre o poder central (a monarquia) e os poderes locais (a aristocracia), o que nos permite afirmar que o processo de *enfeudamento* não atingiu o território peninsular da mesma maneira nem com a mesma intensidade, derivando daí que variasse de reino a reino a força tanto da nobreza quanto a do próprio rei. Um fator ponderável e podemos dizer mesmo, determinante na formação do feudalismo ibérico foi o avanço da guerra de Reconquista, pois por meio dela o território cristão ia crescendo enquanto afirmava-se cada vez mais a preponderância de uma elite guerreira cuja existência era indispensável para o avanço das fronteiras e que enriqueceu através do botim obtido nas campanhas contra o infiel, mas também com o recebimento de terras e privilégios nos territórios conquistados.

Tal situação levava de forma natural ao fortalecimento do poder do monarca, pois sendo ele considerado o comandante da luta contra os mouros, só dele poderiam advir todas as honras, riquezas e benesses. Isto criava sólidos laços entre a nobreza e a monarquia e explica o sucesso desta última na superação de inúmeras crises e na manutenção de seu poder. Na verdade, o êxito de um rei baseava-se, fundamentalmente em conseguir atender aos reclamos deste exigente grupo social, que constituía a camada mais alta e influente dos reinos ibéricos. Não era uma tarefa fácil, pois tornava-se necessário através da concessão de toda uma série de benefícios, manter alianças, criar outras novas, assegurar fidelidades; o que exigia uma sábia política no sentido de atender ao maior número possível de pleiteantes, dirimindo os possíveis conflitos entre eles, ocasionados pelas disputas em torno dos mesmos benefícios.

Como é fácil concluir, só um monarca economicamente poderoso e de habilidade militar comprovada, podia manter seu reino em calma, através do uso de tais táticas. Toda vez em que soberano, por qualquer motivo, tinha o seu poder enfraquecido, a nobreza tentava arrancar-lhe à força mais e mais concessões à custa do patrimônio do Estado. Os períodos de debilidade da monarquia foram sempre marcados por guerras civis e desordens onde se enfrentavam diversas facções da nobreza, todas ansiosas por tutelar o monarca, fortalecendo o seu próprio poder e aumentando o seu patrimônio.

A luta entre os Castros e os Laras, após a morte do rei Sancho III de Castela (1158), exemplifica o afirmado. O novo rei contava apenas três anos de idade e foi

entregue à tutela de Gutierrez Fernández de Castro, desencadeando uma forte oposição da família Lara. Acredita-se que a animosidade entre as duas linhagens já era antiga, mas naquele momento materializava-se na disputa pelo Infantado de Rioseco, terra também pretendida por Fernando II, monarca de Leão.

A nobreza transmitia-se pelo sangue e o rei não podia criar novos nobres, não obstante, a necessidade da reconquista e o desejo de criar novos aliados, fazia com que os monarcas castelhanos outorgassem honras próprias de fidalgos a pessoas fora desse grupo. Uma maneira bastante constante a que os monarcas recorriam para fazer isto foi usar uma prerrogativa que só a eles pertenciam – armar cavaleiro aos que se distinguiram no serviço de armas.

É sintomático que os cavaleiros ibéricos fossem armados no próprio campo de batalha, diferentemente do que era comum no restante do continente, onde a cerimônia tinha um aspecto mais religioso, pois o pretendente recebia sua investidura após uma vigília realizada numa igreja.

Os reis ibéricos tudo fizeram para desenvolver a cavalaria, pois como já afirmamos era uma forma de promover alianças e assegurar fidelidades, pois o cavaleiro devia serviço e obediência a quem o tinha armado. A qualidade de cavaleiro com o passar do tempo tornou-se quase hereditária, tendo os cavaleiros bastante preocupação com a educação dos filhos que ao chegar a idade adequada ingressariam na instituição.

As oportunidades de enriquecimento ensejadas pela Reconquista atraíram para o território ibérico uma grande multidão de cavaleiros francos, que acorriam a Península com o objetivo de colocar suas espadas à serviço de um dos monarcas cristãos, obtendo honras e propriedades. Os condes Henrique e Raimundo de Borgonha, que tornaram-se genros de Afonso VI, foram um bom exemplo disto.

Com a chegada dos guerreiros transpirenaicos a Reconquista reveste-se de um novo caráter, o de guerra santa, uma cruzada pela fé, através da qual a morte em campo de batalha equivalia ao martírio, obtendo o guerreiro morto a remissão de seus pecados. Se o papa Alexandre II concedeu as indulgências para os combatentes na Península é porque isto estava bem de acordo com as idéias emanadas do pensamento jurídico eclesiástico, que no século XII conheceu um enorme desenvolvimento com a publicação do Decreto de Graciano, obra fundamental do Direito Canônico. Nele podemos ler “o reino dos céus é outorgado por Deus a quem morre em defesa dos cristãos”.

Diante disso, podemos compreender a presença de clérigos nas batalhas contra os muçulmanos. Eles também desejavam a oportunidade de garantir a salvação de sua alma através da possível morte em combate. A melhor e mais minuciosa descrição da batalha de Las Navas de Tolosa pode ser lida na crônica de Jiménez de Rada, porque ele próprio, mesmo sendo bispo de Toledo participou da luta.

Mas, se a ideologia de cruzada era um forte atrativo para eles, contudo, não era o único. Quase todas as regiões da Península eram famosas pelas suas riquezas e o crescimento demográfico verificado a partir do século XI na Europa, gerava um aumento no número de secundogênitos, que não podendo viver de acordo com as rígidas normas do código de honra da nobreza dentro de seus países de origem, buscavam outras regiões, onde pudessem satisfazer sua fome de terras e riquezas.

A chegada dos cavaleiros ultramontanos que participaram ativamente da Reconquista, criaram fortes tensões dentro dos reinos peninsulares, visto que eles passaram a disputar com a nobreza ibérica as riquezas obtidas através da luta contra os árabes. Uma forma de amenizá-las foi o estabelecimento de laços cada vez mais estreitos entre elementos da nobreza peninsular e nobreza ultramontana. O matrimônio foi o meio mais usado para concretizar esta ligação.

A questão matrimonial ganhava ainda maior relevo, quando se tratava do enlace de um soberano, pois por meio dele, muitas vezes o reino poderia estabelecer pactos duradouros e benéficos, embora também pudesse ocorrer o risco de um consórcio matrimonial mal planejado ou a dissolução dele, de atrair poderosos inimigos e até mesmo ensejar o aparecimento de contestações e revoltas internas. A atuação empreendida pelo conde Ramón Berenguer III e IV é, sem dúvida, o mais claro exemplo de como uma bem planejada política matrimonial podia aumentar o poderio de uma dinastia. O primeiro deles ao casar-se com Dulce de Arlés foi reconhecido como conde de Provença em 1113; o segundo ao casar-se com a herdeira do trono de Aragão, Petronilla, recebeu o reino de sua esposa, o que fez com que após a sua morte, seu filho fosse proclamado Afonso I por Cataluña e Afonso II por Aragão.

Aliás, devemos destacar que na política matrimonial o papado teve um papel preponderante, pois é ele que tendo estabelecido os cânones que permitiam ou proibiam os consórcios, usava tal prerrogativa como uma arma política, pois dependendo da situação, ou melhor, dos interesses do papado, esse cânones flexibilizavam-se ou não.

Os casos de dispensa papal quando os noivos eram parentes ( o que diante da imposição de parentesco até o sétimo grau era freqüente) , não eram raros. Contudo, a negativa de concedê-las, em casos em que o casamento já estava consumado e a rainha procriado, muitas vezes mais do que um filho, gerava outra fonte de conflitos, pois apesar da anulação , a prole era considerada lédima, sendo o primogênito reconhecido como herdeiro do trono.

A situação tornava-se ainda mais complicada, quando o monarca tornava a casar-se, constituindo uma nova família. As ambições e os ciúmes entre os irmãos, muitas vezes redundavam em contestações, que perturbavam ainda mais a vida destes reinos, uma vez que as ambições da nobreza faziam com que ela apoiasse um ou outro pretendente, aumentando ainda mais o clima de guerra e discórdias tanto no interior dos reinos como em suas relações com os outros. Muitos exemplos poderiam ser enumerados, mas basta que façamos alusão ao caso de Afonso IX, simultâneamente descasado de uma infanta portuguesa e de Berenguela, filha de Afonso VIII, rei de Castela.

Num tempo em que a guerra era vivenciada cotidianamente, podemos afirmar que são suas necessidades as determinantes que formam as relações humanas, tanto no aspecto familiar como num contexto mais amplo – o social. Exemplo contundente encontra-se no foro de Sepúlveda (1076), cidade localizada na Extremadura, onde podemos encontrar a permissão dada a criminosos ou estupradores para se estabelecerem na região, onde lhes era outorgada defesa contra os seus perseguidores. Era o chamado “direito de fronteira”, que foi criado com o objetivo de atrair o maior número possível de colonos para um local há pouco conquistado aos muçulmanos, precisando ser povoado por indivíduos de índole guerreira, fazendo com que qualquer um que se dispusesse a ficar no local fosse aceito, não se levando em consideração nada mais do que o atendimento a esta necessidade.

Ao finalizarmos, gostaríamos de ressaltar que ao olhar do historiador da História Medieval Ibérica a profunda vinculação existente entre os elementos deste trinômio – guerra, poder político e Igreja – é incontestável e demonstra que o entendimento do processo histórico dos reinos ibéricos só pode ser conseguido por meio de uma reflexão serena do entrelaçamento entre estes.

**Bibliografia:**

- AMEAL, João. *História de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1940.
- ALMEIDA, Fortunato de. *História de Portugal*. Coimbra: Editor Fortunato de Almeida, 1922
- ALTAMIRA Y CEREJA, Rafael. *Historia de España y de la civilización española* . 3ª ed. Barcelona: Juan Gili, 1913.
- BENASSAR, Bartolomé. *Histoire des Espagnols ( VI – XVII siècles)* Paris : Armand Colin, 1985.
- BROOKE, Christopher. *O Casamento na Idade Média*. Portugal: Publicações Europa-América, 1989.
- BURKE, Peter (org) . *A Escrita da História*. São Paulo : UNESP, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- DILLART, Hearth. *La Mujer em la Reconquista*. Madrid : Nerea, 1993.
- FERNÁNDEZ, Luiz Suárez. *Historia de España*. Madrid : Editorial Gredos, s/d
- MARAVALL, Jose Antonio. *El Concepto De España Em La Edad Media*. 3ªed. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1981
- MARIAS, Julián. *España Inteligible. Razón Histórica De Las Espanas*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
- PIDAL, Ramón Menéndez. *Los Godos y La Epopeya Española*. 2ª ed. Madrid: Espasa Calpe S.A